



Ensino & Pesquisa

Ensino & Pesquisa magazine is an interdisciplinary journal of the State University of Paraná (UNESPAR), Center for Humanities and Education. Its objective is to publish scientific articles focused on undergraduate and teacher education. Quadrennial Classification 2013-2016 - Teaching B1. (Preprints Policy-AUTHOREA Platform) ISSN: 2359-4381

<https://doi.org/10.33871/23594381.2021.19.1.80-97>

Dossiê



Refletindo sobre os estudos de gênero, feministas e a história pública: possibilidades epistêmicas na fronteira

Claudia Regina Nichnig, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UDESC, Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013), na área de Estudos de Gênero. Pós-doutora em História, pela UFSC e pós-doutora em Antropologia Social no CNRS, EHESS, Universidade Jean Jaures, em Toulouse, França. Professora Substituta de História do Brasil da Universidade do Estado do Paraná-Unespar, Campus Campo Mourão, claudianichnig@gmail.com

Anna Carolina Horstmann Amorim, Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora adjunta de Antropologia no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e do Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória. É pesquisadora vinculada ao Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia (CEPEGRE) da UEMS, annac.hamorim@gmail.com

Resumo: Quais seriam as propostas epistêmicas que uma experiência de ensino e pesquisa realizada em espaços marginais, permitem para a produção do conhecimento científico realizado fora do centro? A partir dos estudos de gênero e feministas, duas professoras de humanas propõem dialogar sobre suas propostas de intervenção como professoras que participam de atividades realizadas no Programa ProfHistória – Mestrado Profissional em História, mas também em outros espaços na universidade. Em diálogo com a História Pública, o artigo busca refletir sobre o impacto da aproximação com as alunas e alunos na produção do conhecimento pela própria professora/pesquisadora, que ao se reconhecerem como *outsider within*, uma forasteira de dentro (Collins, 2016), percebem transformações em suas pesquisas e em suas próprias subjetividades.

Palavras chave: Estudos de Gênero e Feministas; Ensino de História; Experiências de ensino.

Reflecting on Gender and Feminist Studies and History Teaching: experiences of a feminist teacher at the border

Abstract: What are the epistemic proposals that a teaching and research experience carried out in marginal spaces allow for the production of scientific knowledge carried out outside the center? Based on gender and feminist studies, two humanities teachers propose discussing their intervention proposals as teachers who participate in activities carried out in the ProfHistória Program - Professional Master in History and other spaces at the university. In dialogue with Public History, the article seeks to reflect on the impact of the rapprochement with the students in the production of knowledge by the teacher/researcher, who, when recognizing themselves as an outsider within, an outsider within (Collins, 2016), perceive transformations in their research and their subjectivities.

Keywords: Gender and Feminist Studies; History teaching; Teaching experiences.

Introdução: Reflexões teóricas e práticas pedagógicas a partir dos estudos de gênero e feministas na fronteira

Em um caminho em que se mesclam ensino e pesquisa, reflexão teórica e sala de aula, trazemos sempre como bagagem uma formação feminista preocupada não somente com a produção de conhecimento nas Ciências Humanas, mas sobretudo engajada em incorporar em nossas práticas debates teóricos pungentes e capazes de produzir transformações das desigualdades e hierarquias sociais. Realizamos nossas formações em Universidades que possuem estabelecidos núcleos e debates sobre gênero e sexualidade, localizadas em cidades do Sul do Brasil. Todavia, foi em outra região do país que colocamos em prática nossa formação ao nos engajamos na experiência de ensino e pesquisa em História em cidades, que podemos chamar, das margens, localizadas longe dos centros referências do país - como o Sul e Sudeste e próximas às fronteiras do país.

O fato das cidades em que atuam as professoras estarem localizadas na região de fronteira, nos permite refletir a partir de uma perspectiva do trânsito e dos deslocamentos que afetam e produzem as subjetividades das professoras que se formaram e atuaram em capitais do sul do Brasil e se deslocam para a região de fronteira. No trânsito para o estado do Mato Grosso do Sul, que possui a segunda maior população indígena do Brasil, e para cidades que detém uma grande concentração de população indígena, tiveram experiências muito significativas e impactantes no que toca a importância da educação em diversidade e o respeito e valorização dos direitos humanos.

Além do forte impacto provocado pela presença dos estudos das questões indígenas e da aproximação com estudantes indígenas, outro ponto de destaque neste percurso é a aproximação, quase que imediata, das alunas e alunos que objetivam pesquisar questões de gênero, feminismos e sexualidade a partir do ensino de História e que encontraram em nós uma possibilidade para estes temas, tantas vezes deixados de lado por outros professores e pesquisadores do campo da História.

Assim, falamos neste texto sobre experiências de forasteiras de dentro, utilizando o conceito de Patrícia Hill Collins (2016). Afinal, somos de fora da região e nos impactamos

com suas particularidades, ainda assim, seguimos dentro da universidade, território já conhecido por nós.

Desenvolvimento

Assim, a proposta deste artigo é abordar os encontros, as descobertas e as análises realizadas durante e após o período da experiência, que dentro e fora do espaço da universidade, permitiram novas percepções e insights que impactam na subjetividade das pesquisadoras e na produção do conhecimento realizado por estas forasteiras de dentro.

Por sermos duas professoras feministas, e portanto, levarmos em conta a nossa subjetividade é que acionamos aqui esta noção de *outsider within*, ou seja, forasteira de dentro. Afinal consideramos que toda nova experiência aporta novos olhares e nos faz acionar diferentes perspectivas de análise para os objetos de pesquisa e também para a prática pedagógica. Portanto, as possibilidades de ensino que nos deparamos nos contextos de fronteira desestabilizam nossas compreensões anteriores a respeito do que é ou como deve ser o processo de ensino e aprendizagem e também quais as chaves teóricas mais contundentes para abordar determinados temas.

O trânsito e a possibilidade de estar diante de pessoas, lugares e objetos desconhecidos impactaram nossas trajetórias e pesquisas, fazendo com que os diálogos com as questões de gênero e indígenas se impusessem como necessárias. Ao utilizar os aportes dos estudos de Gênero e Feminismos, percebemos que o contexto geográfico em que estamos traz implicações teórico e subjetivas que transformam nossas escolhas, nossas ações, nossa reflexão, vale dizer, provoca uma mudança na própria matriz epistemológica do conhecimento que produzimos, agora, a partir e na fronteira.

Assim, percebemos que o tempo vivido e o espaço compartilhado na região da fronteira, nos fazem refletir sobre o afetar-se pelo objeto de pesquisa em uma dimensão mais profunda. Como outras pesquisadoras do campo dos estudos de gênero, mulheres e sexualidade, fomos *afetadas*¹ pelas temáticas que propusemos escrever (mulheres migrantes e suas experiências de violências, famílias LGBTQIA+, sexualidades e ensino.)

¹ O uso a noção de afeto a partir de Jeane Favret-Saada, que discute o termo “ser afetado”. Siqueira, P. (2005). “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. Cadernos De Campo, São Paulo, 1991, 13(13), 155-161.

mas também pelas temáticas e perspectivas que se desabrocharam a partir da nossa estada neste espaço.

Assim, para longe de apenas realizar pesquisa, fomos interpeladas por pesquisas a serem feitas, por debates a serem levantados e por temas que pareciam nos convidar e provocar. Existiu neste processo um encantamento com as fontes orais trabalhadas sobre as mulheres do Pantanal e as discussões sobre mulheres, maternidades e trabalho (NICHNIG, LEITE, 2019) e também houve encantamento e descobertas nas discussões e vivências da educação, e do chão da sala de aula marcado por tamanha diversidade cultural. Despontou, neste tráfego um debate profícuo para a antropologia feminista e percebemos que as discussões sobre natureza e cultura nos fazem necessárias também no campo do ensino de história e gênero. Nossas trajetórias também vão ficando marcadas pelas trajetórias das mulheres indígenas, suas narrativas, suas sensibilidades, as quais nos transformaram como pessoas, professoras e feministas.

O enfoque na questão das mulheres indígenas, por exemplo, trouxe a tona temas já pesquisados por nós há mais de uma década, como a questão das violências contra as mulheres, porém, de modo renovado e atento. Foi neste diálogo que pudemos ter a dimensão da história que pretendemos produzir e ensinar, uma história engajada, uma história pública, uma história comprometida. Desta forma, saímos de um lugar comum em tantas narrativas sobre mulheres indígenas e não tratamos essas mulheres apenas como vítimas de um Estado que sabemos alijou e alija direitos das populações indígenas e de mulheres por toda a nossa história, marcada pelo colonialismo, pelo epistemicídio e pelos desigualdades de gênero. É claro, não esquecemos o lugar do Estado genocida contra as populações indígenas e negras do Brasil (principalmente, neste desgoverno em que a situação foi acentuada). Mas, destacamos a capacidade fantástica de transformação e resistência diante das adversidades que essas mulheres nos ensinam cotidianamente. Afinal, as mulheres, homens e crianças indígenas Kaiowá e Guarani nos contam “resistimos há 500 anos, continuaremos resistindo”. Pode parecer pouco, mas essa simples mudança no olhar o outro ou a outra apresenta uma transformação enorme, uma reviravolta epistêmica que aponta para um produzir ciência, conhecimento e educação feminista, anti racista, anti colonial. Entender que o outro ou a outra é agente ativo/a de sua história, consciente de sua cultura, de seu conhecimento e participante nos rumos e resistências de sua cultura é fundamental.

Ao afirmar que somos/fomos afetadas pelas realidades com as quais interagimos no exercício docente no campo da história em cidades de fronteira no estado do Mato Grosso do Sul, não queremos nos colocar em alguma posição de destaque, ao contrário, atentamos para os modos como conhecer o outro nos mostra justamente onde estamos, quem somos e quais são também os marcadores e diferenças que nos atravessam e a partir dos quais e sobre os quais refletimos., Pensamos isso a partir do que nos ensinam as feministas negras brasileiras, esses marcadores sociais nos atravessam, e são nestas imbricações e sobreposições que nos colocamos como pesquisadoras feminista, mulheres brancas, hetero/homossexual, entre outras identidades que nos interpelam.

Acreditamos que sermos mulheres cisgêneras que integram o corpo docente de instituições de educação pública, não é o bastante para atuarmos como professora e pesquisadora implicada nas questões de gênero e feminismos. A representatividade é importante, mas não é o que define abordamos estas perspectivas em nossas trajetórias e atuação acadêmica. O que queremos dizer é que entendemos e pautamos que a produção de uma história a partir de uma perspectiva feminista é também a produção de uma história pública *pois busca a produção e a difusão compartilhada do conhecimento* (ANDRADE, ALMEIDA, 2018, p. 136). É produzida com a intenção de problematizar, transformar e criar políticas públicas específicas. Abordar e pesquisar a vida e as experiências de mulheres, portanto, trata-se de história pública pois tem um objetivo visível de transformar vidas para que as mulheres atinjam a igualdade em sociedade e ao fim suas vidas sejam preservadas.. Logo, não somente mulheres feministas precisam estar aplicadas nesta transformação: professores, servidores, estudantes são importantes e bem vindos para a transformação da produção do conhecimento, o bem viver em sociedade², para juntos construirmos uma sociedade livre, justa e solidária como afirma a Constituição Federal do Brasil.

História pública e História das Mulheres

Quando propomos abordar o ensino e a pesquisa sobre História das Mulheres e Estudos de Gênero, nos aproximamos da História pública, a partir de uma epistemologia

² Para aprofundar as discussões sobre Bem Viver, sugerimos: ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

feminista. Destacamos que os estudos feministas são importantes para o ensino da História, pois objetivam, como nos informa a professora Soraia Carolina de Melo, *erradicar escandalosas e históricas injustiças sociais* (MELLO, 2019, p.1). Tal fala, encontra-se disponível no blog Café com História, uma plataforma que tem se tornado importante justamente por deixar mais acessível ao grande público o fazer historiográfico feminista e de gênero, configurando assim, uma forma possível de fazer História Pública.

Desta forma, buscamos refletir, a partir dos estudos de gênero e feministas, a respeito da utilidade destes aportes teóricos para a pesquisa, o ensino e a historiografia, trazendo algumas indagações que são imprescindíveis para pensar uma história que contemple narrativas plurais de experiências e corporalidades múltiplas. Ao mesmo tempo, é importante refletir sobre os debates contrários aos estudos de gênero que vem ganhando força no Brasil e que também se transformou em debate público proposto por conservadores. Levantado inicialmente por representantes da igreja católica, o debate se estendeu e fez eco entre aos diferentes grupos evangélicos brasileiros. No país, a perseguição inicial ao tema vinculado a educação aconteceu com a retirada do termo “gênero” do Plano Nacional de Educação, em 2014, seguido pela retirada nos Planos Estaduais e Municipais de Educação, em 2014 e 2015, chegando até ao debate das eleições presidenciais de 2018. Em diferentes esferas sociais o medo e o pavor ao debate de gênero e diversidade, imposto intencionalmente como ferramenta de manutenção do status quo conservador, principalmente no ambiente escolar, fez com que grupos conservadores dos municípios e estados propusessem uma verdadeira cruzada contra o debate de gênero, mesmo que a educação esteja prevista e impulsionada por uma política de equidade de gênero e contrária as violências que sofrem sobretudo as mulheres e a população LGBTQI+ brasileira.

A ameaça que muitos parecem atribuir aos estudos de gênero incide sobre a família tradicional (heterossexual e patriarcal), sendo possivelmente desestabilizada pelos debates sobre gênero, não violência contra a mulher e respeito a diversidade identitária e sexual/afetiva. Logo, a instabilidade que os conservadores afirmam que o respeito às sexualidades não heterossexuais e a equidade de gênero produzem fomentaram uma cruzada anti gênero (CORREIA; PRADO, 2018) em relação a uma área de estudos consolidada como os estudos de gênero.

O debate chegou até mesmo ao judiciário, e assim como em outras questões referentes ao respeito a família e a sexualidade não heterossexual, foi necessário que opepo Supremo Tribunal Federal decidisse que gênero pode ser objeto de estudo.

A proposta da intitulada “Escola sem Partido” e que visava vetar o uso do conceito de gênero nas escolas afirmava que o ambiente escolar não poderia estar nutrido de debates sobre gênero e diversidade pois tais assuntos seriam parte de uma ideologia proposta para desarticular os valores tradicionais da sociedade. Tal ideologia foi chamada por eles de “ideologia de gênero”.

Em 29 de abril de 2020, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade da proibição do debate de gênero nas escolas. A decisão foi unânime e se deu a partir do julgamento da ação, ADPF 457 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 457), a qual discutia a constitucionalidade da Lei n. 1516, aprovada pelo município de Novo Gama-GO, em 2015. Em resposta a ação proposta pela Procuradoria Geral da República (PGR) em 2017, a decisão foi no sentido de que não cabe ao município legislar sobre a proibição do debate de gênero e sexualidade nas escolas.³

A decisão é uma vitória em meio aos inúmeros retrocessos vividos no período pós-golpe de 2016, em que a presidenta Dilma Rousseff foi destituída do cargo, e posteriormente com a eleição do presidente conservador, Jair Messias Bolsonaro, em 2018. Vale lembrar que o atual presidente Bolsonaro trouxe em sua pauta de governo o combate ao que o conservadorismo tem chamado de ideologia de gênero, apesar de caber ao judiciário realizar esse enfrentamento, como o fez através do STF em abril de 2020.

Sabemos que as transformações necessárias para a modificação da sociedade desigual e opressora em que vivemos, somente se dará pela educação. Uma educação pela igualdade e pela não discriminação que preconiza o enfrentamento da onda conservadora que busca cercear seus alcances ao tentar estabelecer uma separação entre as temáticas das agendas de equidade de gênero e as pautas educacionais. Contudo, é preciso enfatizar que esses ataques conservadores não recaem somente sobre o debate de gênero nas escolas, respingam em diferentes áreas das ciências humanas, do fazer científico e da produção de conhecimento, tratados como um perigo, uma afronta aos costumes e objetos de pânicos

³Sobre a decisão ver: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442331>. Acesso em: 28.05.2020.

morais constantes, pois tratam de forma crítica questões naturalizadas e sacralizadas como os problemas sociais e principalmente as relações sociais marcadas por desigualdades.

Se inicialmente o ensino e pesquisa em história não contemplavam os múltiplos sujeitos, invisibilizando determinadas narrativas (NICHNIG, 2019), através de um discurso hegemônico e eurocêntrico que apagava a possibilidade de sujeitos e sujeitas serem protagonistas de sua própria história, ou mesmo produtores de conhecimento, atualmente é urgente que nos engajamos nestes debates.

Sabemos que uma suposta neutralidade da ciência fez com que a História mantivesse na invisibilidade sujeitos e trajetórias, cobrindo sob o manto do homem universal toda a singularidade dos diferentes sujeitos históricos. Ou seja, por muito tempo não existia uma preocupação em enfatizar a diferença, olhar para as mulheres, por exemplo. Ainda mais tempo se levou para considerar a singularidade dentro das diferenças, afinal as mulheres tem suas múltiplas marcações de raça, etnia, orientação sexual, deficiências, geração, além de ocultar as populações LGBTQIA+ como participantes da História. Luciana Ballestrini traz as argumentações de Ania Loomba para realizar o debate a partir dos movimentos sociais

pois os movimentos feministas quanto os anticoloniais precisaram questionar as ideias dominantes de história e representação, uma vez que a cultura é vista como um campo de conflito entre opressores e oprimidos, no qual a linguagem pode ser uma ferramenta de dominação. Para a autora, a problematização do sujeito ocidental homem e branco nos discursos imperialistas europeus é um ponto de partida fundamental. (BALLESTRINI, 2017, p. 1037)

Mas se não dermos conta das questões específicas das mulheres e não trazermos suas singularidades e suas experiências à tona, como ensinaremos História?

As epistemologias feministas e de gênero propõem uma nova relação entre o sujeito e objeto e uma abordagem interdisciplinar das temáticas, apontam que a contextualização e experiência devem estar presentes no processo científico, devendo ser consideradas na escolha dos temas e na escrita das narrativas. Sandra Harding afirma que a epistemologia feminista visa contestar o modo de fazer ciência pois “la voz de la ciência es masculina y que la historia se há escrito desde el punto de vista de los hombres (de los que pertenecen a la clase o la raza dominantes)” (HARDING, 2002, p. 15). Percebemos essa virada epistemológica feminista como necessária e destacamos que já temos uma grande produção científica realizada por mulheres no Brasil e fora. Assim, é mister enfatizar essa produção e considerar os *saberes localizados* (HARAWAY, 1995), produzidos por

mulheres e sobre mulheres como importantes referências ao ensino de história. Ao propor uma análise da ciência sob um ponto de vista feminista, estamos cientes que sujeitos e sujeitas são dotados de uma corporalidade, de trajetória e de história, e portanto não há que se falar em neutralidade na produção científica, pois estamos, a todo momento, diante de um “un individuo histórico particular cuyo cuerpo, intereses, emociones y razón están constituidos por su contexto histórico concreto, y son especialmente relevantes para la epistemología”. (GONZÁLES GARCÍA E SEDEÑO, 2002, P.1)

Então, importa refletir como as corporalidades, as emoções e as subjetividades são consideradas na produção do conhecimento científico e como é possível, através do ensino, sensibilizar as mulheres sob suas próprias trajetórias e seus desafios enfrentados, como a desigualdade de gênero ainda as atinge, mesmo que muitas mulheres em profissões de prestígio entendam que nunca tenham sofrido preconceito em virtude de seu gênero.

As escolhas dos objetos pesquisados e as trajetórias profissionais de mulheres muitas vezes não ganham destaque dentro do fazer historiográfico. Podemos observar que alguns temas são preteridos (geralmente aqueles relacionados aos sentimentos ou ao mundo doméstico), em lugar de outros e como sujeitos e narrativas são majoritariamente escolhidos para serem objetos de pesquisa histórica. É possível questionar a invisibilidade de narrativas feministas sobre determinados acontecimentos, em que há uma pretensa vontade de invisibilizar sujeitos subalternos ou subalternizados, como as mulheres criando assim uma narrativa homogênea da história que fala de grandes personagens da política, da economia ou mesmo da vida cotidiana a partir da ótica do homem universal.

Deste modo, acentuamos aqui a defesa da noção de que os corpos e subjetividades das mulheres professoras e cientistas influenciam em suas trajetórias profissionais como, na escolha de temas de pesquisa, mas também em suas carreiras através do acesso ou não a postos de poder e decisão, no exercício das carreiras administrativas e acadêmicas. Vale lembrar que habitar o mundo profissional com qualidade, muitas vezes requer pôr em suspensão o reconhecimento efetivo do exercício da dupla jornada de trabalho, que faz com que mulheres em postos de trabalho como professoras e pesquisadoras também desempenhem suas obrigações de cuidadora principais ou exclusivas de suas casas, filhos e filhas, dos familiares mais velhos ou/e doentes, ou seja, sejam, além de profissionais, responsáveis pelas atividades que se relacionam ao cuidado de sua família. E por falar em seus corpos, é preciso lembrar que eles, que geram vidas e nutrem bebês após o nascimento

também se transformam em motivos para que suas carreiras sejam interrompidas pela gestação e o nascimento de filhos/as o que pode trazer uma pausa na vida profissional e, muitas vezes, trazer dificuldades para o retorno ao trabalho, acarretando na perda de oportunidades e a ocupação de cargos ou funções anteriormente realizadas pela profissional.

Para enfrentarmos as desigualdades impostas por este mundo patriarcal, inúmeras medidas são necessárias, como políticas públicas eficazes e como a política de cotas, por exemplo. Conjuntamente, legislações protecionistas visam minimizar os efeitos das desigualdades vivenciadas em sociedade, tal como a lei Maria da Penha que pode ser considerada uma discriminação positiva, mas necessária enquanto os números forem gritantes em relação aos feminicídios e as violências domésticas e familiares no Brasil. Especificamente sobre estudo da História das Mulheres e de Gênero lembramos o que nos ensinou a professora Joan Scott ao trazer essa categoria de análise para as ciências humanas, como uma forma de alargamento dos critérios das ciências:

A maneira pela qual esta nova história iria, por sua vez, incluir a experiência das mulheres e dela dar conta dependia da medida na qual o gênero podia ser desenvolvido como uma categoria de análise. Aqui as analogias com a classe e com a raça eram explícitas; de fato as pesquisadoras feministas que tinham uma visão política mais global, invocavam regularmente as três categorias como cruciais para a escrita de uma nova história”. (SCOTT, 1990, p. 73)

Ter conhecimento de experiências e conhecer o protagonismo das mulheres transforma e salva vidas, pois além de terem suas trajetórias reconhecidas, faz com que outras mulheres descubram que também podem ser aquilo que almejam. Abre-se, desta forma, um leque de possibilidades para as mulheres adentrarem com maior força e legitimidade o mundo público. Ter acesso à educação é um desses caminhos transformadores e de inserção de meninas e mulheres nas diferentes dimensões da vida social.. Outrossim, ao refletirmos sobre como os estudos de gênero buscam enfocar o protagonismo das mulheres e sua participação na vida pública, além de percebermos a vida privada também como política, contribuimos para que históricas injustiças sociais sejam corrigidas, a partir de nosso fazer historiográfico.

Joana Maria Pedro aponta que ate mesmo os/as *“historiadoras/es que não se dedicam aos estudos de gênero têm incorporado essa categoria em sua escrita da história e nas suas reflexões.”* (2011, P. 270). Como se trata de uma categoria de análise oriunda dos movimentos sociais, como os feminismos, os movimentos de mulheres, de gays e

lésbicas, recebe as acusações de ser menos científico. Atribui-se a este fazer a noção de , “*história militante*’, portanto, não ‘científica’,” e tal ideário “*continua a assombrar, mesmo quando há muito já se abandonou a certeza da neutralidade*” (PEDRO, 2011, p.270). Mas como muito bem observa a professora que

(...)da mesma forma, outras categorias como ‘classe’, ‘raça/etnia’, ‘geração’ também são tributárias de movimentos sociais e, obviamente, ligadas a contextos específicos; no entanto, não parecem sofrer a mesma ‘desconfiança’ e desqualificação. (PEDRO, 2011, p.270)

É importante lembrar que o contexto político e histórico que proporciona o surgimento da história das mulheres e de gênero no Brasil, como já dissemos, foi impulsionado pelos movimentos de mulheres e feministas, que durante a ditadura militar atuaram em questões específicas das mulheres, mesmo que naquele período a demanda comum tenha sido pelo fim da ditadura. Vale lembrar que mulheres e homens que se impuseram à ditadura militar além de terem que buscar a clandestinidade, foram, muitas vezes, torturados, mortos e desaparecidos. Aqueles/as que permaneceram atuando na clandestinidade e se exilaram em diferentes países, retornam ao Brasil na chamada abertura política e passam a atuar no sentido de recuperarem seus direitos políticos alijados, mas sobretudo se unem para a construção de um país fundado sob o alicerce da democracia (TEGA, 2011) Assim, múltiplos sujeitos foram silenciados, mas jamais adormecidos e retornam a vida pública, passando a ser atuantes na política brasileira. Marcados por uma grande força e vontade de transformação social, um clima de efervescência tomava conta do país e clamava por democracia.

Marta Rovai nos ajuda a refletir que ao produzirmos uma história voltada ao alcance do grande público estamos produzindo História Pública (ALMEIDA, ROVAI, 2011), e que se pensamos em popularizar o conhecimento histórico, engajado e feminista estamos também produzindo e divulgando essa História que é Pública e é plural. Nossa escrita não se restringe ao meio acadêmico, pois estar envolvida com o meio acadêmico e militante faz com que as discussões propostas através de pesquisas acadêmicas adentrem e sejam permeadas por discussões da militância, numa relação que nutre e é nutrida pelo movimento social. Assim, como professoras das humanidades, e sobretudo atuantes no programa mestrado profissional em história, pensamos que o debate acadêmico deva atingir o grande público e, portanto, entendemos a necessidade de publicizarmos o conhecimento em outros espaços que não só o acadêmico e atuarmos junto a comunidade,

especialmente através do ensino de história. Ao publicizarmos e ao darmos visibilidade ao conhecimento produzido sobre e por mulheres na academia, queremos que o conhecimento científico e histórico modifique vidas, que mulheres não sejam mortas todos os dias e possam ser o que quiserem ser, profissionais, mães, ativistas e ainda sim respeitadas, em seus direitos humanos, sexuais, reprodutivos, trabalhistas, familiares em todas as suas relações.

Além das inúmeras revistas, sites e canais produzidos por grupos de pesquisadoras feministas, cito como exemplo o Portal Catarinas e o Geledés, importantes sites de produção feminista independente e de qualidade que publicam o conhecimento e a história das mulheres para o grande público, bem como canais no *youtube* que tratam de questões da história das mulheres como o canal “Gênero e História” e o canal e site do Instituto de Estudos Feministas – IEG da Universidade Federal de Santa Catarina. Destaco a produção do projeto “Mulheres de Luta”, em que foram entrevistadas mulheres feministas brasileiras que atuaram no período da ditadura militar, através do projeto coordenado pela professora Cristina Scheibe Wolff⁴. “O projeto “Mulheres de Luta” visou a produção de material com fins didáticos, e como afirmam as participantes:

(...)tem se voltado especialmente aos debates sobre história pública, usos do passado e luta pela democracia. Respondendo a demandas sociais, de grupos organizados no presente (demandas por igualdade de gênero, democracia, direitos dos grupos marginalizados à história, dentre outros) e compreendendo o gênero como uma categoria científica mas também política, forjada na luta pela equidade e pela existência de outros discursos, outras histórias é que reescrevem episódios já canonizados da história do ponto de vista das relações de gênero e da crítica feministas (WOLFF, MELLO, SILVA, 2019, p. 253).

Mas não é possível esquecer que os feminismos são descritos no plural, pois plurais são as mulheres que compõem esses movimentos e, portanto, precisamos pensar nas interseccionalidades que nos afetam. É preciso, portanto, que os conhecimentos produzidos nas universidades alcancem outros espaços, para que então estes impactem diretamente nas políticas e práticas sociais, forçando mudanças nas subjetividades a partir de outras epistemologias. Essa mudança de perspectiva visa que políticas públicas levem em conta a equidade de gênero e que estas sejam implantadas nas universidades e nas políticas públicas locais e nacionais. Importante lembrar que se os movimentos feministas visam

⁴ WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Projeto de pesquisa. CAPES: Edital 12/2015, Memórias Brasileiras: Conflitos Sociais, Processo 88887.130836/2016-00.

mudanças sociais, também são os movimentos sociais que provocam mudanças nas pesquisas e propostas acadêmicas.

Experiências de pesquisadoras de gênero e feminismos na fronteira

Existem especificidades na atuação como professora nesta região do Brasil? Ao refletirmos sobre o conhecimento científico é possível perceber que se leva em conta quem produz e onde é produzido. Assim, o conhecimento produzido nas margens, fora dos principais centros da academia do Brasil, em uma região que se caracteriza por estar na fronteira, em duas universidades (uma estadual e outra federal), resultado da expansão da produção do conhecimento para o interior do país, traz suas marcas. Se a produção nestes espaços nos impactou, percebemos diferenças no modo como os/as estudantes se interessaram pelos estudos de gênero, feminismos e sexualidades. Se entendemos que os saberes devam ser compartilhados de forma horizontal e não hierárquica, destacamos que nossas experiências tanto na graduação como na pós-graduação, demonstram que tivemos alunas e alunos interessados na temática e que pretendiam fazer pontes e aprofundamentos em suas próprias temáticas de pesquisa.

É exemplo deste processo a investida de alguns estudantes do Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória, do Estado de Mato Grosso do Sul em pesquisas sobre temas ainda pouco abordados, como gênero, sexualidade e a questão indígena. Marcado por ser um curso voltado a docentes atuantes nas escolas, professores e professoras de história em contato direto com a educação básica brasileira, o ProfHistória tem a característica de produzir pesquisas acadêmicas voltadas à ação e intervenção, num entrelace entre academia e sociedade através da educação.

Não sendo considerado um grande tema da historiografia, as mulheres e suas plurais experiências e histórias passam também, tantas vezes, na tangente do conteúdo das aulas de história nas escolas. Ainda que toda crítica a este lugar invisibilizado das mulheres na história já tenha produzido e acumulado um vasto quadro de produção acadêmica sobre o assunto, percebemos que tais conteúdos permanecem restritos ao mundo acadêmico em seus núcleos de estudos e publicações. É isso que nos informa Luana, cursista do Profhistória:

A questão de gênero vem sendo inserida nos PCN's, porém pouco abordada em sala, falta de textos sobre o assunto, omissão nos livros didáticos, falta de interesse de professores em trabalhar um tema que está em alta como o

feminismo, visto ser um desafio tentar explicitar as bases que se firmam o movimento: equiparidade entre homens e mulheres.

Muitos professores ligam estas temáticas a assuntos que podem causar desconforto ,exatamente pelo despreparo e falta de conhecimento que possuem sobre o mesmo, apesar de muitas informações são obtidas e divulgadas nas redes sociais, o que podemos nos apropriar como feminismo e gênero?

Estes assuntos por vezes são distorcidos pela mídia e acabam recebendo uma visão negativa da sociedade, isso sempre me incomodou, visto que quando se fala “aquela lá é feminista”, não é com tom de admiração, e sim com desdém, um alerta: “lá vem a feminista”....

Esse tema é importante ser trabalhado desde a educação infantil, quando a criança está construindo sua identidade e aprendendo a compartilhar e lidar com situações adversas.

A falta de formação, a falta de materiais didáticos é apontada por Luana como motivadores do silêncio sobre o tema nas escolas. Observamos que é a partir do lugar corporificado de mulher que o assunto ganha interesse, não por menos Luana conta porque escolheu trabalhar em seu mestrado com o tema do feminismo e gênero nas escolas e produzir uma cartilha informativa sobre o tema:

A escolha do tema está muito relacionado as conquistas que obtive na vida por meio dos estudos, sendo a primeira mulher da família a ter um diploma acadêmico. Sempre gostei muito de estudar e foi por estes estudos que sabia que mudaria as condições de vida dos meus pais. Ao longo da carreira como professora, sempre me incomodei com os comentários machistas que ouvia em sala de aula por parte dos estudantes e também na sala de professores: “se está solteira até hoje, deve ter problema”, está de mau humor, falta de homem ”e outros comentários que nós mulheres ouvimos e acabamos ficando com, uma certa preguiça de contestar.

É o corpo, a experiência que não apenas serve de assunto e tema, mas que motiva práticas no campo da produção feminista, da epistemologia feminista e também do fazer historiográfico.

Também como experiência, e voltando a trajetória das autoras do texto, destacamos uma atividade de extensão em que participamos como professoras pesquisadoras na Kunangue Aty Guasu, (Grande Assembleia de Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul), na área de retomada indígena Japorã, MS. Estar nesse encontro presencialmente produziu experiências singulares em nossas trajetórias, nos abriu outras possibilidades de pesquisa e partir daí pudemos realizar um diálogo mais estreito com a questão indígena, em que pudemos perceber como os feminismos adentram diferentes espaços e como o interesse pela discussão desta temática está presente não só na universidade, mas nas demandas sociais.

Assim, percebemos que a produção do conhecimento a partir de lugares marginais, fora dos eixos principais de conhecimento no país, nos permitem ter experiências de ensino e pesquisa que não seriam possíveis em outros espaços, por que se tratam de sujeitos que nos interpelam de outro modo. São outros olhares possíveis a partir da diversidade cultural e étnica encontrada na cidade fronteiriça, que nos permitiram entrelaçar os aportes dos estudos de gênero e feministas com os estudos de História Indígena, por exemplo, mas também pelo encantamento das alunas e alunos em aprofundar seus estudos e pesquisas a partir das lentes dos estudos de gênero e feministas trazidas para contextos interioranos e fronteiriços, conforme destaca Luana:

Trabalhar com estes temas na educação básica é um grande desafio, em cidades interioranas como Caarapó e Juti, os desafios aumentam, pois trabalhamos com jovens que vêm de famílias com um certo rigor religioso, olham essas temáticas como desviadoras de conduta, se é uma professora trabalhando é lésbica, se é um professor é homossexual, certeza. Criam muitos estereótipos e isso deve ser combatido no ambiente escolar.

Entendemos como nos ensina Maurice Tardif que somos como professores e professoras *atores competentes, sujeitos do conhecimento* e, portanto, é:

recolocar a questão da subjetividade ou do ator no centro das pesquisas sobre ensino e sobre a escola e para compreender a natureza do ensino, é absolutamente necessário levar em conta a subjetividade dos atores em atividade, isto é, a subjetividade dos próprios professores (TARDIF, 2014, p. 229).

Nossa própria subjetividade foi afetada, como a de Luana também marca sua trajetória de professora de história na rede básica de ensino e pesquisadora de mestrado. Juntas, nos deixamos encantar e nos deixamos afetar e afetamos o próprio objeto de pesquisa, pois é preciso paixão para fazer pesquisa e História, principalmente ao criar uma relação de empatia com a temática. As humanidades deixaram de perseguir a neutralidade na produção científica, e, portanto, a pesquisadora ao fazer um recorte e buscar suas escolhas a partir de um determinado tema, pode e deve deixar-se encantar por sua temática e pesquisar aquilo que lhe faz sentido como pessoa e como pesquisadora. Assim como nos ensina bell hooks, nosso compromisso é com a *luta feminista ativa e inclusiva* (hooks, 2013 p.103). Junto com as feministas negras pensamos necessário fazermos um trabalho aplicado pois “*todos nós levamos à sala de aula um conhecimento que vem da experiência*

e que esse conhecimento pode de fato, melhorar nossa experiência de aprendizado” (hooks, 2013, p. 114).

Foram diferentes corpos e experiências trazidas para a sala de aula e para as atividades de extensão nas universidades onde atuamos, tais experiências nos transformaram, pois são lutas e formas de resistência que impactam quando são presenciados e levadas para dentro da academia, do fazer história e ensinar história. As lutas e a força das mulheres que conhecemos nestas experiências, nos abriram os olhos e o coração para outros saberes. Como exemplo citamos, para além da fala da estudante e professora Luana, a possibilidade de entrevistar a liderança indígena Jaqueline Gonçalves, uma das líderes organizadoras da *Kuñangue Aty Guasu (2019)*, sendo que o relatório produzido e publicado recentemente sobre as violências cometidas contra as mulheres indígenas, bem como as falas e suas intervenções políticas enquanto liderança da *Kuñangue Aty Guasu*, nos ajudam a refletir que como ser escuta desta mulher pode ser uma importante prática política de transformação feminista. (SAMPAIO, NICHNIG, 2021). Junto com elas, nós, mulheres brancas professoras, ao realizarmos e propormos uma formação docente para o sensível e, buscando que outros saberes e conhecimentos possam ser incorporados a nossa prática educacional, sonhamos como uma transformação de mentes e, quiçá, de currículos acadêmicos, descolonizando-os.

Considerações finais

Ao refletir com Jaqueline e com Luana sobre suas histórias de luta, ensino, resistência e pesquisa acadêmica pretendemos uma práxis decolonial, produzindo COM as alunas/os/es das cidades pequenas, com as alunas e as mulheres indígenas. Não pretendemos dar voz a elas, pois elas têm sua própria voz, mas nos colocamos como escuta, como nos ensina Jaqueline Gonçalves. Somos e seremos escuta nesta relação com as alunas e alunos. Se as mulheres indígenas têm sua própria voz, precisamos ser escuta e produzir ombro a ombro com elas. Se as professoras e professores da educação básica têm sua própria voz e sentido de prioridade do que poderia ser ensinado na escola, ouviremos e participaremos da produção destas pesquisas, conteúdos didáticos, narrativas e conhecimentos. Se a história oral trouxe essa ideia de desencastelamento para os historiadores/as que estavam presos em seus mundos de sabedoria e arrogância, ao ouvir

nossos interlocutores e interlocutoras de pesquisa, como pesquisadoras feministas, estamos atentas as vozes das alunas/os/es, as vozes das mulheres, pois o conhecimento é produzido no e com o diálogo. Grada Kilomba ao trazer uma distinção entre sujeito e objeto, dialoga com os conceitos de bell hooks:

Sujeitos são aqueles que têm o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias' e como objeto nossa realidade é definida pelos outros, nossas identidades são criadas pelos outros e nossa 'história designada somente de maneiras que definem (nossa) relação com aqueles que são sujeitos'. (KILOMBA, 2019, p. 28)

A passagem de objeto para sujeito é o que a marca a escrita como um ato político (KILOMBA, 2019, p. 28) e se pesquisar e escrever a partir da fronteira é um ato de descolonização como sugere Grada Kilomba, vamos escrever, ler e sonhar para juntas, professoras, alunas e ativistas escrevermos a história das mulheres e dos grupos invisibilizados e subalternizados da fronteira e de outras regiões do país que não tiveram o privilégio de terem suas histórias contadas, pois existimos e resistimos.

Referências

- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.
- ANDRADE; Everaldo Paiva de; ALMEIDA Juniele Rabêlo de. Trajetórias docentes e História Pública: A construção de um acervo com narrativas de professores. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Orgs.) **História pública em debate**. Patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 129-143.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. O. **Introdução a História pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos subalternos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017, p. 1035-1054.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**; Vol. 31, Número 1, Janeiro/Abril 2016, p. 99-127.
- GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.
- GONZÁLEZ GARCÍA, Marta I.; PÉREZ SEDEÑO, Eulalia. Ciencia, tecnología y género. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad y Innovación**, n. 2, Enero-Abril 2002.
- HARDING, Sandra. ¿Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli (Org.). **Debates en torno a una metodología feminista**. 2. México UAM-X, CSH, 2002. p. 9-34.

- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- hooks, bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução Jesse Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- SIQUEIRA, P. (2005). “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos De Campo (São Paulo)**, 13, p. 155-161, 1991.
- MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Org.). **O ensino de História em questão: cultura histórica, usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015, p. 283-303.
- MELLO, Soraia Carolina de. Por que os estudos feministas são importantes? (Artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. Publicado em 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/por-que-os-estudos-feministas-sao-importantes/>.
- NICHNIG, Claudia Regina; LEITE, Eudes Fernando. A flor da Guavira: contribuições para uma história das mulheres pantaneiras. **Sæculum – Revista de História**, v. 24, n. 41, p. 389-407, 15 dez. 2019.
- NICHNIG, Claudia Regina. Os estudos de gênero revolucionaram a História? Algumas provocações a partir do Ensino de História. **Intermeio**, v. 49, n. 49.1, p. 25-48, 2019.
- NICHNIG, Claudia Regina; SAMPAIO, Paula Faustino. A luta dos(as) Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul por Kunã Aranduhá. **Fronteiras**, v. 22, n. 39 2020, p. 212-224.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Revista Topoi**, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 270-283.
- PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. In: **Cadernos Pagu** (4) 1995: pp. 9-28
- PRADO, Marco Aurélio Maximo; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. in: **Revista Psicologia Política**, Vol. 18. nº 43. pp. 444-448. set-dez. 2018.
- SAMPAIO, Paula Faustino; NICHNIG, Claudia Regina. “Ser escuta!”: Jaqueline e a luta das guaraní e kaiowá. In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org). **Escutas sensíveis, vozes potentes: diálogos com mulheres que transformam**. Teresina: Cancioneiro, 2021, p. 167-184.
- SCOTT Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, jul/dez 1990, 16(2):5-22.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- TEGA, D. Ditadura, Memória e Sociedade: um estudo a partir de narrativas femininas. In: XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011, Curitiba. XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2011.
- WOLFF, Cristina Scheibe, MELLO, Soraia Carolina de; SILVA, Tamy Amorim da. Gênero e feminismo na História do Tempo Presente: perspectivas de pesquisa coletiva. In: ELÍBIO, Antônio; SCHURSTER, Karl; PINHEIRO, Rafael. (Orgs.) **Tempo presente: uma História em debate**. Recife: EDUPE, 2019, v. 1, p 235-260.